

**HABEAS CORPUS Nº 488.435 - SP (2019/0004038-4)**

**RELATOR** :**MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** :DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** :DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAELA COMUNALE ALEIXO - SP307975  
**IMPETRADO** :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** :ANTONIO CARLOS LOPES DOS REIS (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. NOVA DATA PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Antonio Carlos Lopes dos Reis**, apontando-se como autoridade o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 00051254720188260509).

Narram os autos que o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal DEECrim 2º RAJ da comarca de Araçatuba/SP, em decorrência de nova condenação, fixou o regime fechado para o cumprimento das penas, determinando, ainda, a atualização do cálculo das penas *para fins de benefícios, o qual deverá considerar por termo inicial eventual existência de nova prisão ou falta grave, obedecendo-se ainda a determinação contida na Súmula 441 do STJ* (fl. 14).

Interposto agravo em execução penal pelo Ministério Público estadual, o Tribunal local deu-lhe provimento, *determinando-se a realização de novo cálculo de penas, para que, considerado, como termo inicial de cumprimento de pena a data do trânsito em julgado da sentença condenatória do último crime* (fl. 33).

Pleiteia a Defensoria Pública o afastamento da tese de alteração da data-base em razão da unificação de penas, nos termos do que foi decidido por esta Corte no julgamento do HC n. 381.248/MG.

Liminarmente, requer a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado.

Prestadas as informações (fls. 42/54), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pela Subprocuradora-Geral da República Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, manifestou-se pela concessão da ordem (fls. 57/58).

É o relatório.

Assiste razão à impetrante.

Com efeito, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Resp n. 1.557.461/SC, ocorrido em 22/2/2018, alterou o anterior posicionamento jurisprudencial, passando a entender que **a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não serve de novo parâmetro para fixação da data-base para a concessão de benefícios à execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.**

Como dito no voto condutor, *é preciso ressaltar que a unificação de nova condenação definitiva já possui o condão de recrudescer o quantum de pena restante a ser cumprido pelo reeducando, logo, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, a despeito da ausência de previsão legal, configura excesso de execução, baseado apenas em argumentos extrajurídicos.*

No caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

(Súmula 441/STJ)

A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.

(Súmula 534/STJ)

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.

(Súmula 535/STJ)

Nesse contexto e diante do novo posicionamento adotado pela Terceira Seção, **concedo** a ordem para estabelecer a data da última prisão do paciente, ou a data do cometimento da última falta grave, como a data-base para a aquisição de benefícios na execução da pena, observado o disposto nas Súmulas 441, 534 e 535/STJ.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Comunique-se.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator